

MESA-REDONDA

O Português em África

Introdução

Maria Helena Mira Mateus

FLUL / ILTEC

O título desta mesa-redonda é voluntariamente ambíguo para deixar que surjam os múltiplos aspectos em que o problema pode ser analisado. São esses aspectos que enunciarei nesta introdução, necessariamente breve, visto que estamos aqui, sobretudo, para ouvir as nossas convidadas. Antes de os apresentar, vou referir as questões mais salientes que julgo caberem numa reflexão subordinada ao título: **O Português em África**.

Como pano de fundo a esta reflexão, vale lembrar que, se os governos de Cabo Verde, Angola, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Moçambique tomaram a decisão de escolher a língua portuguesa como a língua oficial dos respectivos países, isso implica que os sistemas educativos destes países têm necessariamente que corresponder a essa opção política.

Um segundo aspecto que deve estar subjacente ao tratamento da presente questão é o facto conhecido de que o Português não é a língua materna da maioria (e, em certos casos, da quase totalidade) dos estudantes, o que põe óbvios problemas ao ensino e à aprendizagem da língua desde o início da escolaridade até, por vezes, à frequência da Universidade. Moçambique e Angola têm línguas nacionais (em Moçambique falam-se 20 línguas diferentes, quase todas da família das línguas Bantu). Em Cabo Verde a língua materna falada no quotidiano é o Crioulo Caboverdiano ou língua caboverdiana. Na Guiné há falantes de Crioulo Guineense e falantes de línguas africanas como o Fula ou o Mandinga (são ao todo 17 estas línguas). Finalmente, em S. Tomé e Príncipe, existem quatro crioulos diferentes, todos de base portuguesa mas cujos falantes têm problemas de comunicação dada a distância a que esses crioulos se encontram uns dos outros. Estas sumárias referências às circunstâncias linguísticas dos vários países deve pôr-nos de sobreaviso no que respeita à especificidade linguística de cada um, e às diferenças que se manifestam entre eles com natural reflexo sobre o conhecimento e a utilização da língua portuguesa.

Tal diversidade linguística, e o facto de apenas uma minoria de falantes ter o Português como língua materna e, ainda, a circunstância de a maioria dos estudantes, nomeadamente os que vivem fora das cidades, só entrar em contacto com a língua portuguesa no início do ciclo escolar têm como corolário um primeiro grande problema, que se pode enunciar do seguinte modo:

- Qual a melhor estratégia pedagógica e didáctica para ensinar a língua da escolarização (ou seja, o Português) nos primeiros anos de aprendizagem, tanto mais que este ensino se desenrola em simultâneo com a aprendizagem da leitura e da escrita que, em si mesma, é um complexo e exigente processo de cognição e motricidade? Será correcto acrescentar a esta complexidade a dificuldade de utilização de uma língua desconhecida? Várias experiências estão em curso para mediar a aprendizagem através das línguas maternas dos estudantes. Mas mesmo essas experiências apresentam dificuldades em países como Moçambique, dada a diversidade de línguas que aí se fala, ainda que se opte pelo bilinguismo como mediação do ensino-aprendizagem.
- Um segundo problema que respeita a esta questão consiste na preparação dos professores para usarem o procedimento didáctico adequado às circunstâncias em que se encontram. Escusado será enfatizar a necessidade de criar e actualizar um bom sistema de formação de professores e de preparar materiais que lhes sirvam de apoio nas condições em que trabalham, muitas vezes em quase completo isolamento. Esses materiais devem ser, igualmente, uma fonte de conhecimento e prestígio das línguas maternas dos alunos e um apoio efectivo para o ensino do Português.
- Uma terceira questão consiste em saber qual a variedade do Português que caracteriza esta língua em cada um dos países. Poucos estudos têm sido feitos neste sentido, embora presentemente se sinta a urgência em descrever as peculiaridades que resultam de uma natural variação linguística que vai ocorrendo à medida que a língua é utilizada por mais falantes e em diversas circunstâncias. Uma prova deste interesse crescente encontra-se num projecto do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa que tem como finalidade a constituição, tratamento, análise e disponibilização de um *corpus* de variedades africanas do Português.
- Finalmente, não posso omitir um problema que diz respeito a Portugal e ao modo como tem sido – e ainda é – entendida a cooperação no âmbito do ensino da língua portuguesa. A cooperação, como o sugere o próprio termo, é um trabalho interactivo que oferece e recebe. Mas a oferta tem que se adequar ao interesse de quem recebe e, ainda mais, tem que se integrar nas circunstâncias da sua ocorrência pois só assim poderá constituir-se como cooperação para o desenvolvimento. Se Portugal nesta questão pretende apoiar a aquisição de proficiência na língua portuguesa em África, é evidente que só terá algum êxito se perceber qual é o lugar que lhe compete neste complexo processo. Os projectos de cooperação têm que se adaptar às especificidades dos países e das circunstâncias a que se destinam, sob pena de o seu êxito ficar comprometido.

Sobre estes quatro problemas falarão as nossas convidadas que passo a apresentar pela ordem por que farão as suas intervenções:

Antónia Barreto é portuguesa, doutorada em Ciências da Educação, e tem trabalhado em África desde 1978, sobretudo na Guiné-Bissau, em conjunto com organizações não governamentais. Conhece bem os sistemas educativos da Guiné e de outros países africanos de língua oficial portuguesa. Presentemente, é docente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, na área de formação de professores.

Amélia Mingas é licenciada pela FLUL e doutorada em Ciências da Linguagem. Trabalha no Instituto Superior de Ciências da Educação, em Luanda e é Directora do Instituto de Línguas Nacionais. É especializada em linguística africana.

Margarida Maria Silva Santos é caboverdiana, licenciada pela ESE de Setúbal. Participou em congressos e seminários sobre os países lusófonos e publicou, entre outros trabalhos, Manuais e Programas de Língua Portuguesa para o ensino básico e secundário em Cabo Verde

Ana Maria Nhampule é licenciada em língua e cultura portuguesa e tem um mestrado em desenvolvimento curricular e institucional. Trabalha no Instituto Nacional de Desenvolvimento Educativo em Moçambique e desenvolve investigação em ensino da língua portuguesa e em concepção de programas e materiais.

Maria Fernanda Pontífice é de S. Tomé, licenciada pela Universidade de Lisboa, foi Ministra da Educação e Cultura de S. Tomé, tem experiência profissional em vários níveis de ensino, participou em equipas de trabalho e coordenou grupos de trabalho no Ministério da Educação e Cultura. Foi responsável nacional do *Projecto de Melhoria da Língua Portuguesa* desenvolvido em cooperação com a Fundação Gulbenkian de Portugal.